

Das dúvidas da interlocução: a quem se dirige um plano político pedagógico?

Cristina PIMENTEL
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Vera Lucia de A. SANT'ANNA
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: *Este estudo propõe-se analisar discursivamente um plano político pedagógico (PPP) do ensino fundamental de um município do Estado do Rio de Janeiro, a fim de identificar sentidos atribuídos a trabalho do professor. Essa análise filia-se a pesquisas que aproximam linguagem e mundo do trabalho, em particular as voltadas para escritos do trabalho. A partir de diferentes marcas de discurso relatado, foram selecionados fragmentos do PPP, a fim de identificar vozes trazidas a compor sentidos atribuídos a trabalho do professor, tais como trechos de leis, documentos de caráter normativo, citação de autores de textos teórico-acadêmicos, e fragmentos dos relatos de escolas municipais. Os resultados apontam que esse PPP participa de um movimento discursivo de construção da centralidade da escola e do correspondente apagamento do trabalho do professor. Tal constatação nos faz supor haver uma distância entre interlocutores presumidos, o que deve impedir o uso do material como documento de trabalho.*

Palavras-chave: *trabalho do professor; gênero de discurso; discurso relatado; linguagem e trabalho.*

APRESENTAÇÃO

Neste artigo, apresentamos os resultados da análise discursiva de um plano político pedagógico (PPP), que tem como foco identificar a construção de imagens discursivas das relações entre escola e trabalho do professor. Essa análise filia-se a pesquisas que buscam relacionar linguagem e mundo do trabalho, desenvolvidas pelos estudos lingüísticos nos últimos vinte anos¹. Parte dessas pesquisas se refere aos

¹ Em particular, citamos os grupos Langage et Travail, ERGAPE e APST, na França, e o grupo de pesquisa Atelier, no Brasil (composto por

escritos produzidos com a finalidade de nortear o trabalho, tenham esses escritos como origem órgãos responsáveis pela gestão do trabalho de forma mais ampla, tenham sido elaborados de forma sistemática e/ou assistemática pelos próprios trabalhadores, para a gestão de sua atividade.

O PPP, portanto, integra o conjunto dos textos elaborados em níveis de gestão que estão relacionados aos municípios ou à própria escola, destinados a organizar o trabalho dos professores daquela localidade. Tendo em vista a legislação que regula sua existência, espera-se que o documento seja elaborado pelos componentes sociais que participam da existência da instituição – supõe-se que sejam a direção, os profissionais da educação e as famílias, que representam os alunos.

Para este estudo, consideramos a perspectiva dos escritos sobre o trabalho (Fraenkel, 2004), em particular os que prescrevem direcionamentos para o desenvolvimento de atividades de trabalho docente, as noções de gênero de discurso e discurso de outrem (Bakhtin, 1992, 1995), a proposta de Authier-Revuz (1990) para analisar a heterogeneidade enunciativa e as de Maingueneau (1997, 2004), para tratar do discurso relatado.

O artigo organiza-se em três partes: inicialmente, contextualizamos o PPP em estudo, a seguir propomos sua compreensão como gênero de discurso essencialmente polifônico; após, tratamos dos sentidos atribuídos às múltiplas vozes identificadas na enunciação do documento; ao final, tecemos algumas considerações sobre características do gênero e de sua circulação histórica e social.

pesquisadores das universidades PUC-SP, USP, UERJ, UNIRIO, UFMT, UNISINOS, UPF).

1 PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO: ORIGEM SOCIAL E CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA

1.1 A proposição da existência do plano político pedagógico

A existência de novos documentos norteadores do trabalho costuma ser motivada a partir de critérios e demandas diferenciadas, representando níveis de gestão mais ou menos formalizados. No caso do PPP, sua motivação é altamente formalizada: trata-se da lei federal que organiza a educação no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996. Nela, o PPP é apresentado como documento obrigatório, a ser elaborado por cada escola, com a participação da comunidade escolar – não estando muito claro quais os membros que a compõem. A LDB, então, nos seus artigos 12 a 15, vai tratar das incumbências dos estabelecimentos de ensino, dos docentes, e dos sistemas de ensino. A fim de deixar mais clara essa preconização legal, incluímos, a seguir, esses artigos:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as de seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I. elaborar e executar sua proposta pedagógica;*
- II. administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;*
- III. assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;*
- IV. velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;*
- V. prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;*
- VI. articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;*
- VII. informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.*

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I. participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;*
- II. elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; zelar pela aprendizagem dos alunos;*
- III. estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;*
- IV. ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;*
- V. colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.*

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;*
- II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.*

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Percebe-se, portanto, que a LDB atribui aos estabelecimentos de ensino a ação de elaborar e executar sua proposta pedagógica e aos docentes a de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino. Aos sistemas de ensino – nos níveis federal, estadual

e municipal – cabe definir normas de gestão, que incluam a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Vemos, então, que a LDB expõe de forma clara os espaços de ação do professor no que concerne à elaboração do PPP: restringe-se ao âmbito pedagógico (como pode ser comprovado nos artigos 13 e 14).

A existência do PPP pode, então, ser observada no plano dos discursos que organizam o trabalho do professor, devendo ser estudado como um gênero de discurso que nasce de novas demandas da sociedade. Retomaremos a questão do gênero de discurso a seguir.

1.2 O PPP em estudo

O texto em estudo é o PPP produzido pelo município de Armação dos Búzios, Estado do Rio de Janeiro². Nosso cópuz está composto da *Apresentação* (página 11) e da parte *Introdutória* (páginas 12 a 24) desse PPP. Esse recorte deve-se à hipótese de que nesse momento seria instaurada a relação enunciador / co-enunciador, sendo o co-enunciador privilegiado, presumidamente, o professor, aquele a quem caberá fazer com que a proposta ali expressa seja executada.

Nessa parte introdutória, há referência a relatos das doze escolas da rede pública municipal, como se essas escolas tivessem vivido um momento de criação de seus próprios PPP em 2003, antes de elaboração do documento final. Entretanto, em conversas informais com professores do município, podemos afirmar que há algumas controvérsias

² Esse texto foi publicado no último ano de gestão da Secretária de Educação Carolina Maria Rodrigues da Silva, que esteve à frente da Secretaria de Educação do município por dois mandatos. O primeiro coincidiu com a emancipação da cidade e o segundo, reeleita a mesma equipe de governo, é concluído com a licença da secretária, com vistas ao pleito eleitoral de 2004, quando concorreu ao legislativo municipal.

quanto a esse procedimento. Esses docentes apontam para o fato de que o que teria ocorrido nas escolas foi, na verdade, um registro das atividades realizadas pelas unidades escolares. Ainda segundo alguns desses professores, se um PPP deve explicitar um posicionamento mínimo das unidades escolares sobre educação, escola, professor, entre outras questões relevantes relacionados ao ensino e ao funcionamento da escola, isso não foi realizado. Portanto, os registros feitos, embora se constituam em importante documentação, não deveriam ser nomeados como PPP. A prática pedagógica das escolas norteia-se, em princípio, pelo documento geral elaborado e divulgado pela Secretaria Municipal de Educação.

1.3 Atividades humanas: novas demandas sociais, novos gêneros de discurso

A produção do PPP tem como origem histórica e social a LDB/96, conforme explicitamos no item 2.1. Dessa origem decorrem certos traços constitutivos da sua forma e do seu suporte de transmissão e divulgação: o texto escrito, em formato de livro ou brochura, a ser distribuído para todas as escolas e professores que nelas atuam, nesse município. A apresentação do documento, portanto, deve harmonizar seu caráter prescritivo da atividade de trabalho com uma proposição de ação: ao ler é preciso fazer o que ali se expõe, a fim de que o sucesso prometido seja alcançado³. Assim, a noção de gênero de discurso dos estudos bakhtinianos vem nos auxiliar na compreensão do documento, pois à presunção

³ Há um conjunto de estudos que tratam dos textos chamados “procedurais” ou “injuntivos” (remetemos em particular à revista *Langages*, nº 14, março, 2001, dedicada aos discursos procedurais), que discutem características textuais e discursivas presentes em diferentes gêneros de discurso. Neste artigo, limitamo-nos a dois traços recorrentes dos discursos prescritivos, atualizados em textos de qualquer natureza: o da incitação à ação e o da promessa de garantia de sucesso, condicionada à obediência a todas as regras propostas.

de seu conteúdo temático – regras a serem seguidas - e à sua constituição mesma (forma gráfica, suporte papel), soma-se o estilo discursivo do documento, isto é, dentre as possíveis formas de se apresentar prescrições para professores realizarem o seu trabalho, uma determinada forma ali vai se instituir e participar do modo pelo qual se estabelece a relação discursiva entre enunciador e co-enunciador.

É, pois, o estudo dessa relação o foco de nossas análises, a fim de que possamos observar o sentido da participação de múltiplas vozes na constituição da tarefa do professor.

2 PPP: MÚLTIPLAS VOZES E EQUÍVOCOS

Segundo Arouca (2003), em seu estudo sobre a imagem de professor na LDB/96, a escola vem sendo o centro das referências em diferentes textos organizadores do trabalho docente. Arouca afirma que, devido a isso, a identidade do professor passa a ser uma “identidade atrelada à escola”. Essa observação é importante para nosso trabalho, tendo em vista que no PPP em análise, na página de abertura, encontramos de forma expressiva referências à escola:

Este projeto, que ora se imprime, expressa a vida que circulou nas ESCOLAS e na Secretaria Municipal de Educação, durante o ano de 2003. Foi um ano de muito trabalho. Refletimos muito – ESCOLAS e Secretaria. Neste documento, o que se procurou registrar foi esta vida. Com certeza cada um, que participou deste processo, ao abrir e ler este documento verá sua fala, ou lembrará do momento em que tomou decisões ou que encaminhou reflexões. Como diz o educador Paulo Freire “somos seres inconclusos, portanto no momento em que definimos, já estamos em processo de redefinir, de rever nossas decisões, porque a vida é rica e não pode ficar aprisionada em um tempo e em um local”. Mas, de algo não poderemos abrir mão, da certeza de que qualquer processo de mudança na educação deve ser feito coletivamente, a partir de um

local: a ESCOLA.

A ESCOLA ganha centralidade neste projeto político pedagógico, porque a EDUCAÇÃO tem sido vista e assumida por todos os profissionais que atuam nesta rede de ensino como uma prioridade para: a história do local, a história das pessoas e a garantia de ampliação de direitos fundamentais. A ESCOLA é o LOCAL onde as políticas públicas se concretizam, mas também é o LOCAL de onde partem as demandas que influem nestas políticas, no Município de Armação dos Búzios. (Plano Político Pedagógico do Município de Armação dos Búzios, 2004, p.11)

Tal centralidade, apreensível ao longo de todo o documento, participa da constituição de uma certa ambigüidade e mesmo confusão em relação ao par enunciativo: quem fala a quem, com que objetivo discursivo e alcance social? O estudo do PPP, portanto, deve tratá-lo como um dos integrantes do conjunto de discursos que expressam relações contraditórias que, historicamente, têm sido marcadas pela desqualificação de saberes da atividade do trabalhador, no nosso caso o docente e o coletivo escolar, no planejamento e gestão dessas atividades.

O PPP em estudo, portanto, participa de um momento histórico de emancipação da cidade, que passa a município e, por isso, deve constituir uma rede de escolas e a sua divulgação coincide com o momento da terceira eleição municipal. Esses traços históricos e sociais manifestam-se discursivamente por meio de discursos de legalidade, democracia, autonomia, centralidade da escola para a mudança proposta, conforme apontamos a seguir, a partir do estudo de marcas de discurso relatado presentes no enunciado.

2.1 Discurso relatado e a força política do PPP

Para nosso estudo, consideramos o discurso relatado (DR) como uma categoria ampla, que engloba diferentes

formas marcadas e não marcadas de identificar lingüisticamente outras vozes no enunciado (Authier-Revuz, 1990). Assim, trataremos somente de marcas de discurso direto (DD), discurso indireto (DI) e ilhas enunciativas ou textuais (Maingueneau, 2004, p.151), tendo em vista a importância que a incidência dessas ocorrências adquire no contexto do *cópus*. Vale comentar, ainda que de forma breve, que se não há locutor abstrato e toda palavra está orientada para um interlocutor (Bakhtin, 1995, p.98-99), palavra essa sempre atravessada por interdiscursos que orientam a atitude responsiva ativa desse interlocutor, fazemos a hipótese de que o PPP em estudo deve provocar uma situação ambígua de interlocução, dificultando a sua implementação como documento de trabalho. Observemos as marcas de DR.

Há poucas ocorrências em discurso direto no *cópus*. Entretanto, ressaltamos o trecho a seguir, uma vez que nele podemos observar que o enunciador passa a palavra ao prefeito da cidade, como marca da força política do documento, que conta com o apoio daquele que é o responsável pela definição de políticas públicas e de uso do orçamento. Sua voz, apresentada como detentora de autoridade e por isso estritamente delimitada discursivamente, reforça a do próprio enunciador, que se constrói como co-participante daquilo que o prefeito ratifica:

Era uma proposta de governo, a partir de 1997, garantir educação para todos (...) exigia a implantação de um programa de reforma e ampliação de unidades escolares (...).

“Ampliamos e reformamos, sempre procurando dar um alto padrão de qualidade. É uma questão de princípios, mais que prioridades. O aluno da escola pública tem que ter as mesmas oportunidades do aluno da escola particular, para que ele possa crescer, ter as mesmas chances no mercado de trabalho e possa exercer de maneira plena sua cidadania. Escola de boa qualidade é um direito de todos,

não se brinca com educação. Educação é coisa muito séria... (Prefeito Mirinho Braga)". (Plano Político Pedagógico do Município de Armação dos Búzios, 2004, p.22; trecho entre aspas encontra-se em negrito e itálico no original)

Logo, é possível perceber que o enunciador aproxima a elaboração do PPP a políticas de governo e não propriamente ao cumprimento de uma exigência da LDB, lei federal que tem que ser seguida em todo país, por todos os estados e municípios.

Observar as incidências de DI, por sua vez, faz constatar que essa forma de reportar outros discursos predomina no *cópus*. Compreender o sentido do DI como analítico, isto é, o de que o seu emprego e o de suas variantes “[implica] uma análise da enunciação simultânea ao ato de transposição e inseparável dele” (Bakhtin, 1995, p.58-59), neste estudo, nos remete ao tratamento dado ao conjunto de vozes apresentadas pelo enunciador como indispensáveis à compreensão da sua própria posição discursiva.

Também são objeto de observação as ilhas enunciativas, delimitadas por uso de aspas ou itálico, que podem ser compreendidas como formas híbridas de DI ou de DD, dependendo da situação de enunciação. Essas aspas ou itálico são uma espécie de aviso ao co-enunciador de que a partir daquele momento ele se depara com palavras de outro que não as do enunciador, pois, “nesse tipo de discurso relatado, a *ilha* está perfeitamente integrada à sintaxe: só a *tipografia* permite verificar que essa parte do texto não é assumida pelo relator” (Maingueneau, 2004, p.125). Esse efeito de atribuição no *cópus* em estudo relaciona-se basicamente aos textos de caráter legal.

Assim, para proceder nossa análise, foram recortados três conjuntos de fragmentos, identificados como: (1) leis e outros documentos oficiais; (2) citações de autores de textos teórico-acadêmicos; (3) fragmentos dos textos elaborados

pelas doze escolas do município, conforme explicitado no item 2.

(1) Leis e documentos oficiais: Constituição Federal de 1988, LDB/96 e Declaração Universal dos Direitos Humanos

Fragmento 1

O Brasil ao ratificar uma série de compromissos internacionais que garantem o direito à educação, também os inscreve na Constituição de 1988 e na LDB 9394/96. “*A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*”. (Constituição Federal, 1988, Art. 205 [trecho em itálico encontra-se em negrito no texto original]; Plano Político Pedagógico do Município de Armação dos Búzios, 2004, p.13)

Fragmento 2

Será a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em Paris em 1948 que ao consagrar a “*fê nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres*” cobrará de todos os estados-membros o compromisso efetivo (...)

Embora se observe que os Estados atribuem, prioritariamente, às crianças pode-se fazer a defesa da aplicação deste direito, igualmente aos adultos, porque “*toda pessoa tem o direito à educação, independente da idade, como um direito humano fundamental*”. (Plano Político Pedagógico do Município de Armação dos Búzios, 2004, p.13; trecho em itálico encontra-se em negrito no texto original)

Nos fragmentos 1 e 2, as ilhas textuais, em itálico, levam-nos a pressupor que, ao apropriar-se da *Constituição de 1988* e da *Declaração dos Direitos Humanos*, instaura-se uma espécie de prólogo que antecede a narrativa a ser construída

pelo enunciador. Estes documentos, portanto, revestem a narrativa da necessária legalidade, pois daí em diante, vai se ocupar de enumerar os feitos administrativos que priorizaram a construção de escolas, garantindo, assim, como orientam os referidos documentos, educação para todos.

A afirmação de Maingueneau de que, no caso do discurso relatado, “os embreantes, as designações e as avaliações passam a ser as do discurso citante”, porque “a responsabilidade da apreciação (...) é atribuída ao relator”, (Maingueneau, 2004, p.161) mesmo que o interlocutor, nesse caso, possa concordar com seu locutor assumem importância fundamental na análise dos fragmentos abaixo:

Fragmento 3

A Declaração Universal parece ter suscitado um consenso universal *ao afirmar o significado do ensino e da educação no conhecimento e na prática dos direitos do homem*. (Plano Político Pedagógico do Município de Armação dos Búzios, 2004, p.13)

Ambas legislações, Constituição Federal e LDB nº 9394/96, *determinam competências para os entes federativos*. (...) *Em 2001, o Município de Armação dos Búzios atendeu, não somente ao Ensino Fundamental, mas toda a Educação Básica* (...). (Plano Político Pedagógico do Município de Armação dos Búzios, 2004, p.14)

O diálogo entre discurso citante e discurso citado, na mesma situação de enunciação, continuam garantindo o “prólogo” ao qual nos referimos anteriormente, que tem como tema central, para o enunciador, a educação enquanto direito de todos.

Os verbos *afirmar* e *determinam*, no fragmento 3, atribuem autonomia ao discurso citado, mas, ao mesmo tempo, dão força ao discurso citante. Disso decorre que no trecho *Em 2001, o Município de Armação dos Búzios atendeu, não somente ao Ensino Fundamental, mas toda a Educação Básica*, o enunciador dá os primeiros sinais de que o município foi cumpridor da lei.

Quanto ao DI, “há apenas uma situação de enunciação; as pessoas e os dêiticos espaço-temporais do discurso citado são identificados, com efeito, em relação à situação de enunciação do discurso citante” (Maingueneau, 2004, p.161). O PPP de Armação dos Búzios, ao amparar-se em dados estatísticos apresentados pelo *Mapa Estatístico da Secretaria de Educação do Município/dezembro de 2003*, é um exemplo dessa característica do DI:

Fragmento 4

A partir da década de 1970 as mudanças se aceleram como podemos observar ao analisar a estrutura do crescimento da população. De 1970 a 1980 crescem 1.246 habitantes; entre 1980 e 1991 ocorre o crescimento de 5.178 habitantes; entre 1991 e 2000 esse crescimento é de 7.647. A taxa de crescimento anual da população representou em 2001, 9, 35% ao ano. É o município do Estado do Rio de Janeiro que tem a maior taxa geométrica de crescimento anual da população residente. (CIDE). (...) (Plano Político Pedagógico do Município de Armação dos Búzios, 2004, p.17)

Isso faz com que os argumentos numéricos sustentem a necessidade de se construir escolas, ou seja, mesmo que o município tenha apresentado “a maior taxa de crescimento anual da população residente”, seus ‘heróis’ não restringiram a política pública de construção de escolas.

(2) Citações de autores de textos teórico-acadêmicos

Conforme comentamos, para Bakhtin (1995) a análise é a alma do discurso indireto, pois há preocupação com o objeto do discurso, com seu conteúdo semântico. Assim, para o autor, a apropriação do conteúdo temático, no DI, quase sempre, caracteriza-se pela despersonalização do *discurso de outrem*. A esse respeito também Maingueneau (2004, p.149) se posiciona: “não são as palavras exatas que são relatadas, mas

sim o conteúdo do pensamento”. Entretanto, a citação acadêmica, mesmo em DI, pretende restaurar a figura de autoridade do responsável pelas idéias trazidas a dialogar no enunciado, como pode ser observado nos seguintes fragmentos:

Fragmento 5

ZAGO (1997) *afirma que a escola e o meio local mantêm relações de interdependência. (...)*. (Plano Político Pedagógico do Município de Armação dos Búzios, 2004, p.14)

Tiramonti (1997) *ao analisar a relação do Estado com a sociedade, no contexto da globalização, diz do lugar social que Escola vem ocupando nas reformas educativas a partir da década de 1990, configurando-se como um “local de decisões”*. (Plano Político Pedagógico do Município de Armação dos Búzios, 2004, p.14)

CHARLOT (1994) *diz que cada escola está inserida no processo histórico de seu local. A escola reflete tanto os projetos do Estado, quanto expressa os reflexos das ações e intenções da sociedade*. (MERCADO, 1983). (Plano Político Pedagógico do Município de Armação dos Búzios, 2004, p.14)

Nos trechos em DI (marcados em *itálico*), percebe-se que o foco da discussão é o papel da escola como lugar central para as ações pedagógicas, sem nenhuma referência a que espaço, nesse lugar social, caberia ao trabalho do professor.

(3) Fragmentos dos relatos das escolas municipais

Quanto aos fragmentos do grupo três, que integram os relatos dos documentos elaborados pelas doze escolas, estes se caracterizam por enunciações trazidas, na maioria das vezes, em 3ª pessoa do singular – característica do discurso indireto –, para reconstruir a história da(s) escola(s), numa espécie de associação a um enunciador administrativo, conforme podemos observar no Fragmento 6.

Fragmento 6

A Escola Estadual Municipalizada Professora Eulina de Assis Marques (...). No atual governo de Delmires de Oliveira Braga, recebeu uma reforma e ampliação, sendo reinaugurada no dia 05/08/1998. Ganhou com essa reforma uma secretaria, uma biblioteca, uma sala de professores e uma cantina. Hoje em dia, além desses ambientes já citados, a escola dispõe de cinco salas de aula, um banheiro para os professores, dois banheiros para os alunos, um refeitório, uma cozinha, uma dispensa e uma secretaria. (Plano Político Pedagógico do Município de Armação dos Búzios, 2004, p.28)

Atualmente, a escola atende em novo prédio. Sua reinauguração ocorreu a 5 de maio de 2001, já no governo do Prefeito Delmires de Oliveira Braga. A estrutura do prédio se compõe de 2 salas de Educação Infantil, 2 banheiros adaptados a esta faixa etária, 5 salas de aula que atendem às turmas de 1ª a 4ª séries, com 1 biblioteca (...) Os alunos têm acesso a transporte escolar. Percebemos que, a partir deste momento, nossos alunos estão faltando menos e também se registra um aumento acentuado no número de alunos novos. Vários êxitos e conquistas vêm sendo atingidos e a nova escola já pode ser considerada como uma das melhores de Armação dos Búzios. (Plano Político Pedagógico do Município de Armação dos Búzios, 2004, p.31)

Somente alguns fragmentos selecionados pelo PPP referentes a duas escolas apresentam algumas passagens em primeira pessoa do plural, deixando escapar poucos momentos em que o professor entra em cena mudando a situação de enunciação e, em primeira pessoa do plural, interrompe o fio do discurso para assumir a voz de alguém que também fez parte da história dessa escola. Contudo, é somente nos trechos marcados em *itálico* no Fragmento 7 que esse professor aparece, deixando mais ou menos explícito o seu papel como agente de mudanças:

Fragmento 7

Depois com a realização de concursos, começaram a vir professoras de Cabo Frio para dar aulas aqui, até a emancipação em 1996. Em 1998, foi realizado o primeiro concurso público do recém-emancipado Município (...) e o quadro de professores e funcionários da escola mudou. *Hoje, temos um quadro efetivo de funcionários que trabalha para dar a melhor educação aos seus 286 alunos.* (Plano Político Pedagógico do Município de Armação dos Búzios, 2004, p.26)

Em 25/11/93, a Escola Prof^a Maria Rita C. Novellino foi municipalizada. As condições físicas da escola hoje, ainda são insatisfatórias. *Contamos com uma secretaria pequena, uma sala de professores, que também funciona como biblioteca e almoxarifado, um refeitório, uma cozinha, cinco salas de aula e quatro banheiros.* (Plano Político Pedagógico do Município de Armação dos Búzios, 2004, p.26)

No ano de 2001, *trabalhamos com dezesseis turmas divididas em dois turnos, o que significa um número quase ideal para se trabalhar com sistema de rodízio, numa escola do tamanho do Darcy Ribeiro.* (...) No ano de 2003, *como estávamos trabalhando com excedente de duas turmas, ficou resolvido, em reunião, com todos os professores e demais funcionários, que não trabalharíamos no sistema de salas ambientes.* (Plano Político Pedagógico do Município de Armação dos Búzios, 2004, p.26)

A maioria desses enunciados apresenta uma reconstituição da história das escolas que segue também a mesma gradação narrativa que vem atravessando o documento, ou seja: Um INÍCIO, que mostra a forma rudimentar da educação do município; o DESENVOLVIMENTO: o fato histórico da emancipação, que chega para mudar o destino das pessoas / o novo governo que detecta as necessidades e que reforma ou constrói a escola; um FIM: a escola está construída ou

reformada, enumeram-se as benfeitorias; os alunos estão felizes; um **EPÍLOGO**: atribuem-se ao Prefeito Delmires de Oliveira Braga e à Secretária de Educação, Carolina Maria, as benfeitorias realizadas naquela unidade e comunidade escolares.

2.3 O diálogo se define: caros eleitores

Como se pode observar, os discursos relatados apontam para vozes trazidas para o documento que endossam um posicionamento a respeito da centralidade da escola e, por sua vez, essas vozes se integram à reconstituição de uma história que se caracteriza pelo momento da emancipação, pela necessidade de se oferecer educação a todos. Tal reconstituição inclui a ampliação da rede pública em todos os segmentos da Educação Básica, inclusive pelo atendimento à formação continuada dos professores e pela discussão coletiva, que, segundo seu enunciador, marcou a trajetória da elaboração dos PPP das unidades escolares, tendo sua culminância no cumprimento da LDB/96. O Fragmento 8 comprova que é por meio do DI que se *define* o “conteúdo” do texto constitucional, idéia que se repete na oração seguinte, expressa pelo verbo *determinam*. Ambas orações preparam o leitor para a constatação de que a Secretaria de Educação foi cumpridora dessas legislações.

Fragmento 8

O texto constitucional de 1988 *ao definir* os municípios como entes da federação com autonomia, com recursos e responsabilidades próprias abre a possibilidade de organização diferenciada das políticas públicas. Ambas legislações Constituição Federal e LDB nº 9394/96 *determinam* competências para os entes federativos. (...) Em 2003, o Município de Armação dos Búzios atendeu, não somente ao Ensino fundamental, mas toda a Educação Básica (...), através do CAAPE, atende à Educação Especial e do CEPEDÉ à formação continuada de professores.

(Plano Político Pedagógico do Município de Armação dos Búzios, 2004, p.14)

Isto nos deixa entrever o ponto de vista do enunciador sobre o papel do professor e do seu trabalho no documento em estudo, que, como anunciamos, parece atrelar-se ao papel da escola. A adesão do enunciador a essas vozes ampara uma visão de escola como espaço para o qual se deslocam todas as esperanças: um passado superado; um presente que se realizou, segundo a legislação; e – uma conclusão implícita, mas inevitável – de um futuro que se promete vir, se todas as regras forem seguidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos, tínhamos como propósito investigar como se construía, discursivamente, a relação entre instituição escola / papel e trabalho do professor no PPP em estudo. Optamos pela análise do discurso relatado e, para isso, selecionamos fragmentos que pudessem nos auxiliar a compreender o sentido das vozes trazidas a compor o documento. Vimos que entre as diversas vozes evocadas no documento, a maioria, em particular em discurso indireto, constrói um contexto discursivo no qual a escola assume toda a importância.

Como parte desse percurso de análise, percebemos que o enunciador do documento não faz referência explícita ao trabalho do professor, o que nos levou a uma reorientação de nossos objetivos, além de nos ter remetido, mais uma vez, a Arouca (2003, p.63):

E como agentes políticos [os professores], sua ação está, primordialmente, atravessada por uma política educacional que os supera enquanto indivíduos ou mesmo grupos profissionais, mantendo-os sempre intimamente ligados à função específica que a escola adquire em cada época e em cada contexto.

Nesse sentido, observamos que a centralidade da escola, enquanto tema principal do documento, assumiu proporções inesperadas, na medida em que as vozes evocadas pelo enunciador ampararam a argumentação: passado rudimentar / superação do passado, reforçada pelos doze relatos dos “PPP” das escolas trazidos para o documento. A voz do professor quase totalmente ausente desses relatos, somente alcança uma referência parcial quando o enunciador o inclui em alguns usos da primeira pessoa do plural de certos trechos do “PPP”.

Assim, mesmo esses relatos que têm origem nas escolas guardam o mesmo esquema de centralidade da escola. Isto porque esses relatos mantinham a relação gradativo / narrativo que endossava a construção da visão que opõe passado / presente e aponta, implicitamente, para um futuro que poderá ser tão bom quanto o presente, desde que a ação dos envolvidos seja guiada pelas propostas prescritivas. Contudo, cabe observar que esse presente que superou o passado rudimentar da educação de Búzios tem seus heróis, ou seja, no plano empírico, encarnam as pessoas do atual Prefeito e da Secretária de Educação, citados em quase todos os relatos das escolas. Espera-se, assim, que eles sejam lembrados.

Tomando como referência a perspectiva bakhtiniana de que todo ato de linguagem é essencialmente dialógico, é produto da interação de dois indivíduos, porque não há locutor abstrato e toda palavra está orientada para um interlocutor; perguntamo-nos a quem, realmente, direciona-se o Projeto Político Pedagógico de Armação dos Búzios? Quem é seu interlocutor-destinatário? E, ainda, se o PPP constitui-se como gênero, a partir da LDB/1996, e passa a fazer parte do trabalho prescrito do professor; e se todo gênero pressupõe um contrato – “É justamente porque o contrato de comunicação é fundador do ato de linguagem *que ele inclui sua própria validação*. O outro interlocutor-destinatário é considerado como subscrevendo antecipadamente os termos

do contrato” (Maingueneau, 2004, p.69), é que podemos pensar que o PPP em estudo não valida o contrato inicialmente presumido. A ausência a referências ao trabalho e ao papel do professor comprova que o diálogo entre enunciador e co-enunciador se dá não entre organizador de trabalho docente e docente, mas sim, podemos supor que o diálogo se trava entre o enunciador-político realizador e seu possível eleitor. Na verdade, a centralidade da escola já anunciada na LDB/96 está no PPP de Armação dos Búzios de forma tão totalizadora que apaga mesmo a função de coadjuvante que a LDB atribuía ao professor. E isso faz com que questionemos a possibilidade desse PPP ser reconhecido como documento de trabalho e constituir-se como referência da ação do professor desse município.

REFERÊNCIAS

- AROUCA, M. de A. 2003. *Do discurso à Educação no Brasil: uma interlocução com a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96*. 2003. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2003.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas: Unicamp, v.19, 1990.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FAÏTA, D. Análise de práticas languageiras e situações de trabalho: uma renovação metodológica imposta pelo objeto. In: SOUZA-E-SILVA, M.C.P.; FAÏTA, D. (Org.) *Linguagem e Trabalho. Construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002. p.45-60.
- FRAENKEL, B. La resistible ascension de l'écrit au travail. In: BORZEIX; FRAENKEL, B. *Langage et travail. Communication, cognition, action*. Paris: CNRS Editions, 2001. p.113-142.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1997.

_____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2004.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS – Secretaria Municipal de Educação / Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios, 2004.

[Recebido em março de 2006
e aceito para publicação em maio de 2006]

Title: *Interlocution doubts: who is a Political Pedagogical Plan directed to?*

Abstract: *This paper intends to analyze a political pedagogical project (PPP) discursively in order to identify the meanings attributed to the work of teachers. This analysis is closely related to research on language and the world of work, particularly the studies concerned with the writings about work. Different occurrences of reported speech were used to select fragments of the PPP where various voices that make up the meanings attributed to the work of a teacher could be identified, such as excerpts from laws and from official documents with a normative nature, quotations of authors of theoretical texts, and fragments of reports of county schools. It has been observed that the PPP is part of a discursive movement which favors the centrality of the institution and the corresponding blurring of the work of the teachers. Such finding makes us infer that there is some distance among the presumed interlocutors, which should impair the use of that material as documents that regulate work*

Key words: *teacher work; genre; reported speech; language and work.*

